

CARTA DE CONTRIBUIÇÃO

Água no centro da ação climática: pela integração entre território, justiça e governança

COP 30 no Brasil e o papel estratégico da água e das bacias hidrográficas



A conferência do clima que se aproxima em novembro deste ano representa um momento decisivo para as políticas climáticas globais. Sediada em Belém, no coração da Amazônia brasileira, a COP 30 não é apenas mais um encontro diplomático - é um símbolo poderoso do confronto entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico. O Brasil, ao escolher a região amazônica como palco deste evento, coloca-se simultaneamente como protagonista e como alvo de intenso escrutínio internacional. A COP30 representa uma oportunidade histórica para o Brasil reafirmar seu papel de liderança nas negociações sobre mudanças climáticas e sustentabilidade global. O evento permitirá ao país demonstrar seus esforços no campo ambiental, incluindo ações voltadas à conservação dos biomas, transição energética, gestão sustentável dos recursos naturais e fortalecimento da governança socioambiental, além de reforçar sua atuação histórica em processos multilaterais, como na Eco-92 e na Rio+20.

A escolha de Belém para sediar a 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima não foi acidental, pois o país abriga a maior floresta tropical do planeta. A Amazônia, frequentemente chamada de "pulmão do mundo", tornou-se o cenário para debater os desafios climáticos globais. Esta conferência ocorre em um momento crítico, quando o planeta já experimenta os efeitos devastadores das mudanças climáticas: ondas de calor extremas, inundações catastróficas e secas prolongadas que têm se tornado cada vez mais frequentes.

O Brasil, que já oscilou entre diferentes posturas nas negociações climáticas ao longo dos anos, agora se apresenta como mediador global. Mas será que conseguiremos superar a retórica e alcançar compromissos realmente transformadores? Esta é a questão que paira sobre a COP 30, enquanto governos, organizações da sociedade civil e comunidades indígenas se preparam para o que promete ser uma das conferências climáticas mais significativas da história recente.

A realização da COP 30 na Amazônia brasileira carrega um grande simbolismo. Por um lado, coloca em evidência a importância global deste bioma para a estabilidade climática. Por outro, expõe as contradições do próprio país anfitrião, que enfrenta o desafio de conciliar preservação ambiental com desenvolvimento econômico. Os preparativos para o evento já são alvo de críticas: a construção de infraestrutura para receber os milhares de delegados internacionais tem gerado impactos ambientais questionáveis, incluindo o avanço sobre áreas florestais, e custos elevados de hospedagens. Além disso avança no congresso o Projeto de Lei 2159/2021, também chamado de "PL da devastação", que prevê o afrouxamento do processo de licenciamento ambiental, e a pressão pela exploração petrolífera na foz do Rio Amazonas, na chamada margem equatorial.

O momento histórico desta conferência não poderia ser mais crucial. Estamos no meio da década que cientistas apontam como decisiva para limitar o aquecimento global a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais. Os compromissos assumidos no Acordo de Paris ainda não se traduziram em ações suficientes, e o último relatório do IPCC deixou claro que estamos caminhando para cenários catastróficos se não houver uma mudança drástica de rumo.

Os povos indígenas, e representantes de segmentos da sociedade do Brasil e do mundo exigem participação efetiva nas negociações. Suas vozes, frequentemente marginalizadas em fóruns internacionais, representam não apenas a sabedoria ancestral sobre convivência harmônica com a natureza, mas também a linha de frente da resistência contra o desmatamento, a mineração ilegal e ações de grandes grupos econômicos que insistem numa economia de carbono e da destruição de ecossistemas naturais. O Brasil tem a oportunidade histórica de promover um novo modelo de conferência climática, onde as comunidades mais afetadas pelas mudanças climáticas tenham assento privilegiado na mesa de negociações.

A COP 30 também será palco para discussões sobre financiamento climático. Os países desenvolvidos, historicamente responsáveis pela maior parte das emissões de gases de efeito estufa, prometeram mobilizar 100 bilhões de dólares anuais para ajudar nações em desenvolvimento a enfrentar a crise climática. Esta promessa, reiteradamente adiada, será colocada à prova mais uma vez. O Brasil e outros países amazônicos defendem que a preservação florestal deve ser adequadamente remunerada, reconhecendo o serviço ambiental prestado à humanidade. Enquanto este recurso para mitigar as mudanças climáticas não chega, dados do ano de 2023, indicaram que “as despesas militares mundiais” aumentaram pelo 9º ano consecutivo para um marco histórico de US\$ 2,443 trilhões”.

Um dos pontos mais delicados nas negociações será a transição energética. O Brasil apresenta uma matriz energética relativamente limpa em comparação global, com forte participação de hidrelétricas e crescente desenvolvimento de energia eólica e solar. Contudo, o país também tem investido na exploração de petróleo, especialmente nas reservas do pré-sal e na perspectiva de exploração da margem equatoriana.

A COP 30 representa muito mais que duas semanas de negociações diplomáticas em Belém. É um momento de inflexão para a política climática global e para o papel do Brasil no cenário internacional. O sucesso desta conferência não será medido apenas pelos documentos produzidos ou pelas promessas feitas, mas pela capacidade de traduzir palavras em ações concretas nos anos subsequentes. A conferência já apresenta um grande desafio: o negacionismo da crise climática do atual governo do Estado Unidos, um dos maiores responsáveis pela crise climática.

O Brasil tem a oportunidade de demonstrar que é possível conciliar desenvolvimento econômico com preservação ambiental, promovendo um modelo de bioeconomia que valorize a floresta em pé e os conhecimentos tradicionais de seus povos originários. A escolha da Amazônia como sede do evento carrega tanto uma responsabilidade quanto uma possibilidade: a de reinventar nossa relação com a natureza.

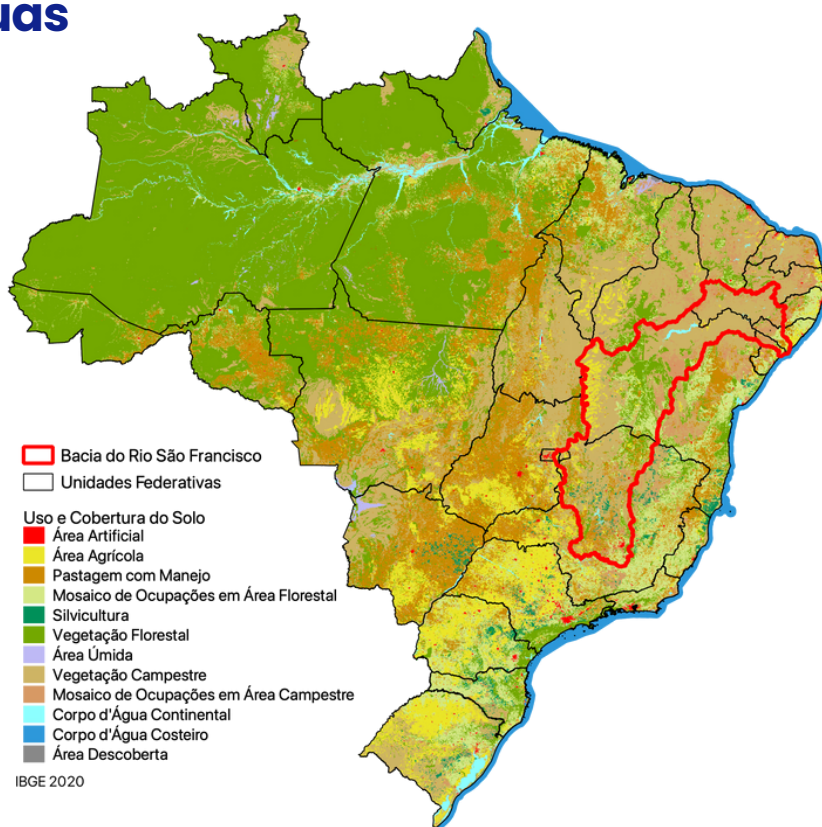
A humanidade se encontra em uma crise civilizatória. Os caminhos que escolhermos nos próximos anos determinarão o destino de gerações futuras. A COP 30, realizada no coração da maior floresta tropical do mundo, pode ser o palco onde finalmente decidimos coletivamente por um futuro mais justo e sustentável. O relógio climático avança inexoravelmente, e a hora de agir é agora. Por outro lado não podemos deixar de entender a complexidade da crise ambiental que vivemos. Pois o aumento da temperatura média da terra não é não um fenômeno isolado mas se correlaciona com outros elementos como a gestão dos solos e das águas, que somam e potencializam os efeitos globais. Por isso não tem como fazer uma Cúpula do Clima desconsiderando a questão das águas e em especial os territórios geoambientais que são as bacias hidrográficas.

A bacia hidrográfica é território representa uma unidade socioambiental de diagnóstico, de planejamento, de organização, de ação e de avaliação de resultados. A bacia permite integrar natureza e história, ambiente e relações sociais, delimitando uma área e possibilitando que um complexo sistema social seja referenciado na biodiversidade dos corpos d'água da bacia. E assim gestão do solo, dos biomas, das atividades antrópicas, e das águas se interrelacionam e se equilibram, propiciamos a manutenção de ecossistemas sustentáveis que são determinantes para a manutenção da vida e do clima na terra. As bacias são territórios que permitem a governabilidade e participação social.

A Governança das Águas

Aprovada em 1997, a Lei das Águas (Lei Federal nº 9.433/1997) instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), consolidando uma nova forma de pensar e gerir a água no Brasil. Entre seus princípios, destaca-se que a água é um bem de domínio público, limitado e dotado de valor econômico, devendo ser gerida com base nos usos múltiplos e na descentralização com participação dos usuários, poder público e sociedade civil. Define a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão, e estabelece instrumentos fundamentais como o plano de recursos hídricos, enquadramento dos corpos d'água, outorga de uso, cobrança e sistema de informações. Neste contexto, a gestão envolve de maneira integrada os três

níveis de governo, cabendo aos municípios a titularidade do território. Essa estrutura assegura a atuação dos comitês de bacia, como espaços democráticos e estratégicos na governança das águas.



Bacia do Rio São Francisco

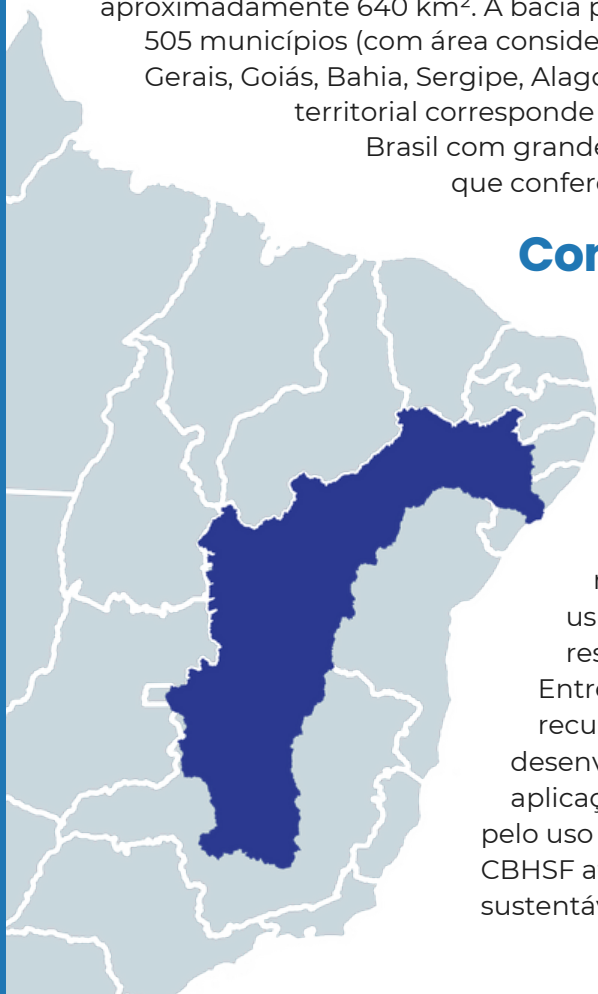
O Rio São Francisco tem cerca de 2836 km de extensão com uma área de drenagem de aproximadamente 640 km². A bacia possui cerca de 15 milhões de habitantes e engloba 505 municípios (com área considerável dentro da bacia) abrangendo seis estados (Minas Gerais, Goiás, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco) e o Distrito Federal. Sua extensa área territorial corresponde a cerca de 8% do território nacional e conecta regiões do Brasil com grandes contrastes climáticos, ambientais e socioeconômicos, o que confere ao curso d'água o título de "Rio da Integração Nacional".

Comitê da Bacia do Rio São Francisco

O CBHSF foi criado pelo Decreto Presidencial de 5 de junho de 2001. É um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, com atuação em toda a bacia hidrográfica do rio São Francisco.

Com composição tripartite, reúne representantes do poder público, da sociedade civil e dos usuários de água, totalizando 62 membros titulares e seus respectivos suplentes, com mandatos de quatro anos.

Entre suas competências, destacam-se: promover debates sobre recursos hídricos, arbitrar conflitos relacionados ao uso da água, desenvolver os instrumentos de gestão da bacia e deliberar sobre a aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água para execução de ações e projetos na bacia. O CBHSF atua, assim, na promoção da gestão integrada, participativa e sustentável das águas do Velho Chico.



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF), colegiado de caráter deliberativo, participativo e consultivo, responsável pela gestão das águas em uma das bacias hidrográficas mais estratégicas do país, instituído através do Decreto Presencial de 05 de junho de 2001, sob os princípios da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997), manifesta sua posição institucional e técnica para contribuir com o processo preparatório da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30), a ser realizada em Belém do Pará, no Brasil, em novembro de 2025.

A água nas COPs: presença transversal, mas ainda secundária

Nas últimas conferências climáticas, a água tem surgido sobretudo no contexto da adaptação às mudanças climáticas, mas ainda de forma periférica. Iniciativas como o “Water and Climate Pavilion” e o “Water Day” demonstram algum avanço na tentativa de evidenciar a centralidade da água para o enfrentamento da crise climática. No entanto, esses espaços permanecem à margem das decisões de maior peso e não foram incorporados de forma estruturante aos compromissos climáticos globais, como as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) ou os mecanismos de financiamento climático.

Falta à agenda climática um olhar mais profundo sobre a segurança hídrica como direito humano, condição básica para a garantia da vida e da saúde, vetor de desenvolvimento sustentável e base para a resiliência dos territórios. Água é elemento de coesão entre diferentes dimensões da sustentabilidade: ambiental, social, econômica e cultural. É necessário que a comunidade internacional reconheça que a gestão integrada e participativa das águas deve ser entendida como estratégia de mitigação e adaptação, incorporando-a aos grandes eixos das negociações climáticas. A água não pode continuar sendo invisível nos debates sobre o futuro climático do planeta.

● A Agenda da Água precisa ser prioridade no Brasil e no mundo

A água é o elemento estruturante da vida, da justiça climática e da transição ecológica justa. A água é o elo entre clima, biodiversidade, justiça social, segurança alimentar e energética. No entanto, ela ainda é tratada de forma marginal ou fragmentada nos acordos e negociações climáticas. O Brasil, como país megabiodiverso e com a maior reserva de água doce superficial do planeta, tem a responsabilidade de colocar a Agenda da Água no centro das decisões sobre o futuro do clima.

O CBHSF entende que não há justiça climática sem segurança hídrica, e que a adaptação aos impactos das mudanças climáticas precisa começar nas bacias hidrográficas, com base na gestão descentralizada, integrada e participativa das águas. A bacia do rio São Francisco, que percorre sete unidades da federação e abriga biomas vitais — Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica — e comunidades tradicionais como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e geraizeiros, é um microcosmo dos desafios e das soluções que o Brasil pode apresentar ao mundo.

Diante disso, propomos que a COP 30 adote a água como tema estruturante das estratégias climáticas, e que os compromissos brasileiros (NDCs) estejam alinhados com os objetivos dos Comitês de Bacia e da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Também defendemos o fortalecimento da educação ambiental, o financiamento descentralizado e a valorização do conhecimento dos povos e comunidades tradicionais como pilares de uma transição climática justa.



A COP-30 é uma oportunidade histórica para o Brasil demonstrar liderança climática com base em sua riqueza hidrográfica, socioambiental e cultural. O CBHSF reafirma seu compromisso com:

- A governança integrada e participativa das águas;
- A justiça climática e o protagonismo dos territórios;
- A valorização dos rios, biomas e povos tradicionais.

Sem água, não há clima. Sem bacias vivas, não há futuro.

A visão do CBHSF: governança da água como base para a ação climática

Com mais de duas décadas de atuação, o CBHSF promove ações integradas que conciliam gestão hídrica, recuperação ambiental e fortalecimento da

cidadania na bacia hidrográfica do Rio São Francisco. Projetos de requalificação ambiental, ações de educação ambiental crítica, mobilização social, recuperação de nascentes e apoio a comunidades tradicionais demonstram como a gestão participativa das águas é caminho viável

para enfrentar a crise climática. Defende-se que os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) sejam fortalecidos e articulados às estratégias climáticas nacionais, regionais e locais. A água deve ser tema estruturante das estratégias climáticas, e os compromissos brasileiros (NDCs) devem alinhados com a temática da gestão das águas.

A bacia do São Francisco é um território estratégico para o Brasil: abastece milhões de pessoas, perpassa sete unidades federativas, cruza três biomas (Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica) e é base para múltiplas formas de vida e produção. No entanto, vem sendo gravemente impactada.

Principais desafios na bacia hidrográfica

- Estiagens prolongadas, enchentes e desertificação
- Redução da vazão
- Perda da biodiversidade
- Perda de cobertura vegetal e degradação de nascentes
- Conflitos pelo uso da água e injustiças no acesso
- Vulnerabilidade de povos e comunidades tradicionais



Não há separação entre mudanças climáticas e meio ambiente, e não haverá justiça climática sem rios vivos, nascentes protegidas e biomas restaurados. As mudanças climáticas agravam desigualdades socioambientais e demandam ações articuladas entre clima, água, povos e território!

A bacia do rio São Francisco percorre três biomas ameaçados e fundamentais para o equilíbrio climático:

CERRADO

Berço das águas do Brasil, fortemente degradado.

CAATINGA

Único bioma exclusivamente brasileiro, resiliente, mas altamente vulnerável à desertificação.

MATA ATLÂNTICA

Presente nas cabeceiras da bacia, com papel essencial na recarga hídrica.

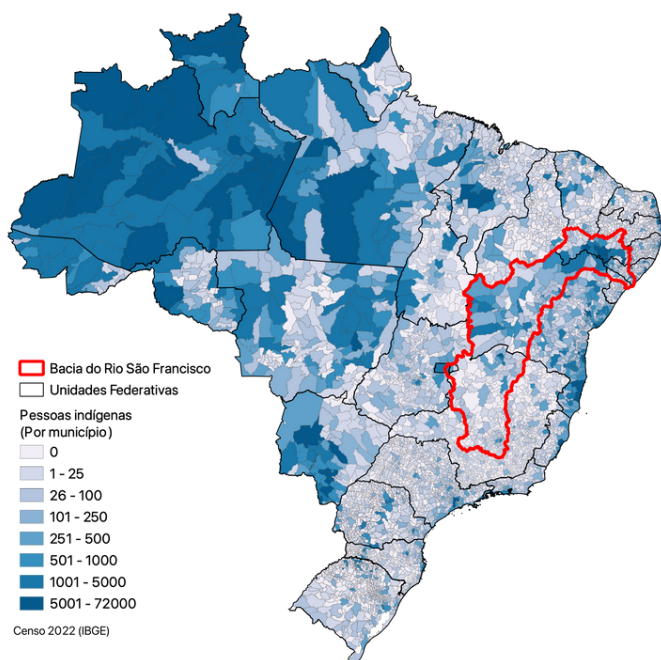
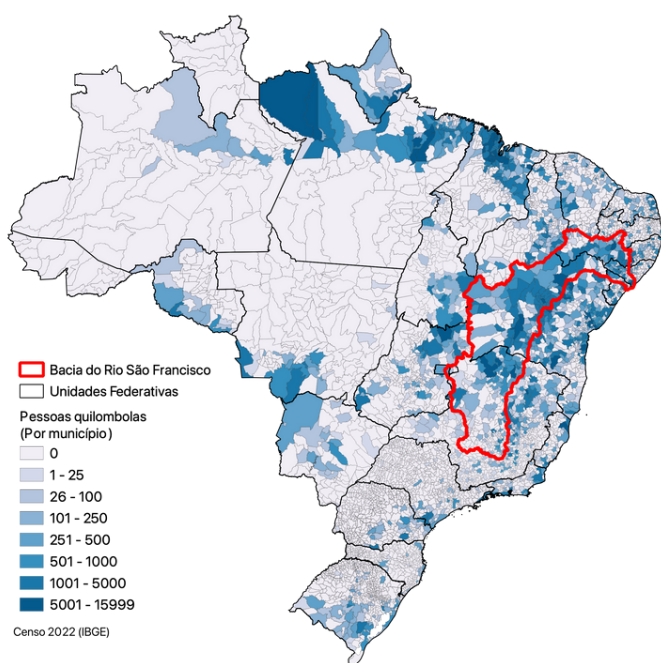


● Justiça climática passa pela água

A bacia do São Francisco abriga populações altamente vulneráveis aos impactos climáticos. Povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, sertanejos e agricultores familiares enfrentam secas prolongadas, conflitos por uso da água, degradação de nascentes e perda de biodiversidade. É necessário que a COP-30 reconheça a água como dimensão fundamental da justiça climática, com ações que assegurem acesso equitativo e seguro à água; proteção e regularização de territórios tradicionais; e participação efetiva dessas populações nas políticas climáticas.

● Educação ambiental e participação social como pilares

A formação cidadã e o engajamento da sociedade são estratégias essenciais para ampliar a compreensão dos vínculos entre água e clima. O CBHSF atua com metodologias de educação ambiental que promovem a corresponsabilidade e a valorização do saber popular e científico. Propomos que a educação ambiental seja reconhecida na COP-30 como ferramenta estratégica para a construção da resiliência climática nos territórios de bacia.



● Povos e comunidades tradicionais: guardiões do território e da resiliência climática

Os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, vazanteiros e demais comunidades tradicionais da bacia do rio São Francisco desempenham um papel essencial na preservação dos ecossistemas, na proteção das nascentes e no manejo sustentável da terra e da água. Seus modos de vida e seus conhecimentos ancestrais são aliados estratégicos na adaptação às mudanças climáticas e na construção de soluções baseadas na natureza.

A COP-30 precisa reconhecer que não há justiça climática sem justiça territorial e cultural. Por isso, é fundamental:

- Garantir o reconhecimento e a regularização dos territórios tradicionais;
- Valorizar e proteger os saberes e práticas dos povos da bacia;
- Assegurar espaços de escuta, decisão e protagonismo desses povos nas políticas climáticas;
- Garantir acesso equitativo à água, evitar a exclusão dos povos tradicionais e proteger os usos de subsistência.

O CBHSF reafirma o compromisso com a defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais como parte inseparável da agenda climática e da gestão das águas.

PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS



1 Água como Eixo Central das Contribuições Climáticas (NDCs)

Inclusão da água como elemento estruturante das metas climáticas (NDC), incluindo:

- ✓ Segurança hídrica como prioridade de adaptação;
- ✓ Reconhecimento da gestão de bacias como política climática;
- ✓ Financiamento climático para ações descentralizadas em territórios hidrográficos.

2 Gestão Integrada de Bacia

- ✓ Integrar todos os níveis de governança — estadual, federal e municipal — dentro de um plano integrado de bacia, elaborado com base no plano diretor de bacia hidrográfica, visando à resiliência do território para a produção das águas em situação de emergência climática;
- ✓ Garantir o uso múltiplo das águas, com prioridade para o abastecimento e a preservação da biota aquática;
- ✓ Promover a integração entre gestão ambiental e gestão hídrica;
- ✓ Estimular sinergia na aplicação de recursos de diferentes entes para fortalecer a revitalização da bacia hidrográfica.

3 Revitalização de Bacias e Restauração Ecológica

Reforço e expansão de programas de revitalização com:

- ✓ Implantação de CRADs (Centros de Recuperação de Áreas Degradadas);
- ✓ Expansão de viveiros de mudas com foco em espécies nativas;
- ✓ Apoio a práticas agroecológicas e de manejo sustentável;
- ✓ Adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SbN).

4 Saneamento como Ação Climática

A ausência de saneamento básico agrava os impactos da mudança do clima, e afeta desproporcionalmente populações vulneráveis. Defende-se:

- ✓ Saneamento como eixo estruturante da adaptação e resiliência;
- ✓ Universalização do tratamento de esgoto e da gestão de resíduos sólidos;
- ✓ Ampliação do acesso a água potável, sobretudo em áreas rurais e tradicionais;
- ✓ Incentivo ao reúso de águas como estratégia complementar à segurança hídrica, especialmente em regiões semiáridas, com ênfase em usos agrícolas e ambientais, valorizando experiências já consolidadas na bacia.

5 Educação Ambiental e Participação Popular

Ações de educação ambiental crítica e transformadora, com participação ativa de escolas, comunidades tradicionais e juventudes. Propõe-se:

- ✓ Valorização dos saberes tradicionais e da mobilização social;
- ✓ Fortalecimento de iniciativas de formação local em clima e água;
- ✓ Reconhecimento dos comitês de bacia como espaços de mobilização territorial.

6 Preservação Territorial e Reposição Ecológica

- ✓ Recuperação de nascentes e matas ciliares;
- ✓ Mapeamento e proposição de áreas prioritárias para proteção e criação de (UCs);
- ✓ Apoio à PEC do Cerrado e da Caatinga para proteger estes dois biomas;
- ✓ Reconhecimento e regularização de territórios indígenas e quilombolas.

7 Justiça Climática e Direitos Socioambientais

A crise climática impacta de forma mais severa povos tradicionais; mulheres, crianças e populações rurais em territórios negligenciados. O CBHSF se une à sociedade civil em:

- ✓ Apoio à PEC da Água, que reconhece o acesso à água como direito fundamental;
- ✓ Repúdio ao PL 2159/2021 (PL do Licenciamento), que ameaça a proteção ambiental e os direitos territoriais dos povos tradicionais.

8 Energias Renováveis e Agricultura de Baixo Carbono

Transições justas com:

- ✓ Expansão das energias renováveis, com benefícios diretos a comunidades locais;
- ✓ Apoio à agricultura familiar de base agroecológica;
- ✓ Substituição de práticas predatórias por modelos de produção regenerativa.

9 Fortalecimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

É fundamental o compromisso de setor privado, sociedade e governo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do qual o Brasil é signatário, especialmente: **6 – Água limpa e saneamento** (garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos); **14 – Vida na água** (manter as condições para a biodiversidade aquática); **15 – Vida terrestre** (proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e deter a perda da biodiversidade).



O CBHSF coloca-se como parceiro estratégico na construção de um Brasil mais justo, resiliente e sustentável, com a água no centro das decisões.